

O ENSINO DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO ESTABELECIDAS NA FAMÍLIA BRASILEIRA

João Cândido Carvalho Marinho¹

Universidade Federal do Tocantins – UFT

E-mail: candidomarinho1@hotmail.com

Resumo: O presente artigo discute o modo como, historicamente, as diferenças foram construídas a partir do gênero dos indivíduos e suas implicações nas relações sociais e, com base na história da família brasileira, analisa as relações de poder estabelecidas nessa instituição social. Discute ainda como o marcador gênero foi absorvido pela historiografia, mais intensamente nas três últimas décadas, em contraposição a história tradicional e como o ensino de História, oferecido nas mais diversas instituições no Brasil vem promovendo tais discussões nas salas de aula da Educação Básica.

Palavras-chave: Ensino de História, Gênero, Família

1 Introdução

O ensino de História, frente às diversas transformações que a sociedade brasileira vem passando, enfrenta alguns desafios. Por essa razão, faz-se necessário que educadores discutam meios de ressignificar as abordagens e os métodos da disciplina, de modo a despertar o interesse dos estudantes. Dessa forma, é preciso que as discussões propostas em sala de aula utilizem meios eficazes e tenham reais significados para a vida prática, em consonância com as principais demandas sociais.

Nesse sentido, observando a perpetuação das relações desiguais, no que tange às questões de gênero, se torna urgente um ensino que ponha em destaque esse aspecto cultural da sociedade brasileira, no intuito de contribuir para a promoção de relações mais igualitárias entre os indivíduos. Essa abordagem faz parte dos enfoques trazidos por historiadores nas últimas décadas e foge da lógica tradicional ou pelo menos acrescenta o marcador gênero à história política e econômica.

Este artigo põe em evidência tais questões e propõe a análise de alguns aspectos da história da família brasileira como possibilidade de abordagem. A partir desse viés, foi feita uma reflexão teórica sobre gênero, poder e família. Em seguida foi discutido

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA na Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus Araguaína. Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e em Direito pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Professor na rede estadual de ensino em Imperatriz - Maranhão. Bolsista da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

as mudanças ocorridas, recentemente, na pesquisa histórica, quando as relações de gênero passaram a ser objeto de interesse de pesquisadores e ainda trouxe observações sobre como essas relações são trabalhadas no ensino de História na Educação Básica.

A relevância da discussão está na necessidade de se estabelecer uma aprendizagem histórica que tenha significado para vida prática, que possibilite o entendimento de que as configurações das instituições sociais como a família e as ações dos indivíduos são resultantes das transformações ocorridas no passado. Além disso, a mobilização da consciência histórica, a partir das relações da vida privada, pode contribuir para a compreensão de aspectos gerais da história.

A pesquisa considera que o ensino de História é um instrumento de entendimento da realidade e que a reflexão em sala de aula pode proporcionar mudanças de olhares, frente às múltiplas possibilidades de arranjos familiares e a sua absorção pela legislação vigente no Brasil do século XXI. Desse modo, pode colaborar para a construção de relações mais respeitadas, ao passo que discute a existência de diversos modelos familiares. Possibilita também um debate sobre a perpetuação das relações desiguais de poder em decorrência do gênero dos indivíduos.

2 Gênero, poder e família

O estabelecimento de diferenças entre os seres humanos é uma constante na história da humanidade. A construção de papéis determinados para os indivíduos acompanha o passar dos tempos, seja no plano econômico, político, religioso ou social. As relações desiguais de gênero no âmbito familiar é um exemplo desses elementos, pois foram historicamente construídas através da noção de supremacia do masculino, em detrimento ao que pode ser entendido como feminino.

Em aspectos gerais, a sociedade ocidental foi edificada tendo como base a família patriarcal. Nesse sentido, Stearns (2015, p. 27) discute que por volta do quarto milênio a.C, “a maior parte das sociedades agrícolas tinha desenvolvido [...] formas de desigualdade entre homens e mulheres, num sistema geralmente chamado de patriarcal”. Foi nesse contexto que foram estabelecidas funções específicas para cada gênero e, conseqüentemente, uma espécie de hierarquia.

O autor (2015, p. 33) continua, afirmando que “culturalmente, os sistemas patriarcais enfatizavam a fragilidade das mulheres e sua inferioridade. Insistiam nos deveres domésticos e algumas vezes restringiam os direitos das mulheres a aparecerem

em público”. O direcionamento da mulher para o espaço doméstico e para o cuidado da família foi uma consequência da divisão do trabalho, da possibilidade da sua mão de obra ser dispensável e das obrigações da maternidade.

No mesmo sentido, “os homens, independentemente da personalidade de cada um, deveriam assumir seus papéis de dominantes. Deviam evitar mimar as mulheres, especialmente em público” (STEARNS, 2015, p. 27). Logo, as relações de poder que acabaram por se estabelecer, naquele espaço e tempo, deram um sentido específico para a masculinidade. O homem tinha maior liberdade no espaço público, a ele não era permitida a docilidade e lhe cabia, entre outras coisas, o sustento da família e o combate em caso de guerras.

Esse modo de perceber as relações entre os indivíduos foi atravessando as gerações subsequentes e se irradiando por outros espaços como no continente europeu. Herdeira dessa tradição, por conta da colonização, a sociedade brasileira acabou por se constituir a partir dos mesmos parâmetros. Nesse sentido, Samara (1993, p. 25) afirma que “os pioneiros ibéricos transportaram para o ultramar a marca antifeminista, assimilável de forma vigorosa na sua cultura, em atitudes, comportamentos e valores”. Esse pensamento contribuiu decisivamente para formação do modelo patriarcal brasileiro que hierarquiza os gêneros dentro das relações familiares e tem seus reflexos ainda evidentes no século XXI.

De modo geral, gênero é um conjunto de propriedades atribuídas social e culturalmente aos indivíduos, a partir de características biológicas. Essa definição traz consigo a ideia de construção social de papéis diferenciados para homens e mulheres ao afirmar que tais prerrogativas dependem do que é imposto socialmente. Essas funções específicas dão significado às relações de poder desiguais entre indivíduos.

Essa concepção surgiu no do século XX, a partir dos movimentos feministas, contrapondo o pensamento de que há uma distinção meramente natural e não social entre os sexos. De acordo Soihet e Pedro (2007, p. 282), a grande divulgação da categoria “gênero” teria acontecido nos anos 1990 e o trabalho da historiadora norte-americana Joan Scott representa um marco nessa discussão.

No artigo intitulado “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, Scott (1995) afirma que o termo gênero parece ter aparecido primeiramente entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Nesse contexto, tal conceito passou a confirmar uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”,

dentro de um contexto de luta por direitos iguais para homens e mulheres e de rejeição da ideia de construção natural.

A autora afirma que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Essas práticas e representações sociais engendraram relações assimétricas entre homens e mulheres, estabelecendo a submissão dessas àqueles, configurando o patriarcado como modelo dominante da relação entre os dois gêneros que refletem a situação de sujeição em que a mulher foi historicamente colocada.

Para Lauretis (1994, p. 212) “o sistema de sexo-gênero [...] é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Desse modo, ocorre uma produção de acepções para os gêneros que são reproduzidos ao longo do tempo e foram importantes para a manutenção de poderes.

As significações para os gêneros e a construção de relações de poder possuem historicidade, tais concepções foram edificadas no transcorrer dos tempos. A perpetuação dos papéis que colocam homens e mulheres em diferentes lugares, seja no plano material ou simbólico, serve para manutenção de interesses. As relações que inferiorizam o gênero feminino legitimam o poder do homem, estabelece práticas que vêm sendo reiteradas na sociedade e naturaliza formas de entender a realidade que se manifestam nos discursos observados no cotidiano dos indivíduos.

A família, como instituição social em que são compartilhados valores entre os indivíduos torna-se um dos principais espaços dessas construções. De modo geral, tal instituição social pode ser entendida como um conjunto de indivíduos unidos por diversos vínculos. Se antes, o principal elo era o parentesco por sangue, na contemporaneidade, houve uma espécie de flexibilização dos laços e conseqüentemente uma mudança nas relações de poder estabelecidas nos lares, diferentemente dos modelos que tinham como base relações patriarcais.

Historicamente, nos períodos colonial e imperial, o patriarcado foi o tipo predominou entre as famílias mais ricas no Brasil. Nesse sentido, “este é o modelo tradicionalmente utilizado como parâmetro, é a história da família brasileira, todos os outros modos de organização familiar aparecendo como subsidiárias dela e de tal forma inexpressivos que não merecem atenção” (CORREIA,1993, p. 5). Por outro lado, é

possível perceber em outras leituras que esse não foi um modelo único, ele conviveu com outros, desde ao início da colonização no século XVI.

A historiografia brasileira optou, por motivos diversos, por uma abordagem em que considera o patriarcado como predominante, no entanto esse modelo não reflete a realidade de todo o país. No Brasil, muitas mulheres alcançaram mais autonomia frente a sociedade que as europeias na mesma época. Um expressivo grupo de historiadores e historiadoras questionam o modelo estereotipado tanto da mulher, sempre submissa como das famílias unicamente patriarcais.

A existência de evidências de que uma parcela de mulheres das camadas mais abastadas vivia entregando-se a indolência, gerou o contraponto a um outro quadro, onde, comprovadamente, o sexo feminino tinha maior participação, à testa da família e dos negócios, contribuindo com recursos para a manutenção da casa, o que sem dúvida aumentava a esfera da influência feminina. (SAMARA, 1993, p. 26).

No meio urbano, onde as relações eram mais livres que no meio rural e predominava, entre os proprietários de terras, o modelo patriarcal, o exercício de papéis informais improvisados, servem para desmitificar o sistema patriarcal brasileiro e a rígida divisão de tarefas e incumbências. Por outro lado, no convívio dos indivíduos era comum algumas práticas e modos de pensar característicos do modelo patriarcal.

Por tradição e costumes, nas uniões legítimas, a divisão de incumbências entre os sexos, pelo menos na aparência, colocava o poder de decisão nas mãos do homem como provedor da mulher e dos filhos. Para a mulher restava o bom desempenho do governo doméstico e a assistência moral a família, fortalecendo os seus laços. Ambos preenchiam papéis de igual importância, mas desiguais no teor da responsabilidade (SAMARA, 1993 p. 27)

No século XIX foi possível perceber algumas alterações na estrutura das famílias que deixam de ser extensas e passaram a ser nucleares. Muitos aspectos das relações de poder ainda persistem, mas outros foram se modificando, graças ao tímido, mas importante processo de urbanização e industrialização. Com o passar do tempo, as novas formas de trabalho para os filhos e a possibilidade de inserção da mulher no mercado de trabalho trouxeram mais autonomia para as famílias

Os séculos XX e XXI representaram uma época de intensas mudanças nas sociedades mundiais. Muitas dessas questões foram decisivas para a organização dos lares. Mudam-se os costumes e as estruturas das sociedades que passaram a acolher as reivindicações de grupos sociais. No tempo presente, variadas formas de família

convivem e buscam a cada dia uma maior harmonia, apesar das forças que tentam impedir uma possível democratização.

Essas novas configurações seguem o rastro das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que influenciam entre outros elementos, o tamanho, os valores e os papéis sociais dentro dos núcleos familiares. Como exemplo de itens que provocam transformações podem ser citados: a melhoria nos níveis de escolarização, novos valores culturais, massificação dos meios de comunicação e os processos de urbanização e industrialização

Essas relações foram se configurando ao longo das décadas no Brasil, sendo que algumas relações de poder foram se perpetuando ao longo do tempo. Pensar alguns desses elementos é um importante exercício para se entender as atuais formações familiares no país, bem como para discutir a tentativa de justificar e até impor alguns modelos em detrimento de outros e de pensar em caminhos para relações mais igualitárias entre os indivíduos. Essa temática tornou-se objeto de estudo de historiadores e historiadoras que passaram a escrever sobre tais questões.

3 A pesquisa e a escrita em História: a emergência de novas abordagens

Em linhas gerais, a História tem como finalidade promover reflexões tendo como base o legado da experiência humana: a partir da análise sistematizada dos vestígios deixados pelas gerações passadas é possível entender o presente e reorientar o futuro. Esse processo de entendimento da realidade e conseqüentemente a escrita resultante dessas reflexões vem sofrendo alterações, sobretudo, a partir das três últimas décadas, fruto de acaloradas discussões entre historiadores. O estudo das relações de gênero se inclui no rol das novas abordagens propostas atualmente.

A História, enquanto ramo do conhecimento tem a Alemanha do século XIX, como tempo e espaço de origem, quando através de um conjunto de esforços, estruturaram-se as suas bases em contraposição à filosofia da história, até então predominante. A História-ciência nasceu de uma preocupação rigorosa com os métodos. Esse cuidado metodológico característico da época provocou uma espécie de erudição acadêmica e a dispensa do processo reflexivo acerca das fontes.

A história ciência, portanto, seria produzida por um sujeito que se neutraliza para fazer aparecer seu objeto. Ele evitará a construção de hipóteses, procurará manter a neutralidade axiológica e epistemológica, isto é, não julgará, não

problematizará o real. Os fatos falam por si e o que pensa o historiador é irrelevante (REIS, 1996, p.13).

No que tange a abordagem predominante na época, fica evidente que o enfoque nas questões políticas. Em sua origem, enquanto estudo sistematizado, as disputas e realizações de personagens notáveis eram o principal objeto de estudo da História. Nessa leitura da realidade, a massa da população permanecia sem expressividade e questões da vida privada, como relações de gênero, ficavam permanentemente silenciadas.

Duramente criticado nos tempos posteriores, essa orientação historiográfica se mostrou estanque, dissociada da realidade, pois não trazia significados para a vida dos indivíduos. “Quando os historiadores definiram sua disciplina, eles começaram a perder de vista um importante princípio, a saber, que a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura do tempo” (RÜSEN 2014, p. 23). Desse modo, no século XX, foram surgindo abordagens que fogem dessa perspectiva e permitem novos olhares historiográficos.

Até então, o interesse da História eram os grandes feitos e seu entendimento era de que os rumos da sociedade eram resultantes das ações de grandes líderes. Desse momento em diante, foi possível perceber a chegada de uma multiplicidade de olhares para a análise histórica que passou a se apoiar em investigações baseadas em outras abordagens.

A escrita da História, a partir desse ponto de vista passa a acolher outros personagens e a se apoiar na “análise e a percepção de processos históricos antes considerados de menor importância para o entendimento da natureza das sociedades” (SAMARA, 1993, p. 23). A incorporação de outras perspectivas aos temas já consagrados, deste modo, possibilitou a ampliação das discussões e o enriquecimento dos estudos, na medida em que propiciou outros meios de análise.

Por muito tempo, em correntes como a positivista e a marxista o marcador “gênero” ficou de fora das discussões. A alteração dessa concepção ocorreu recentemente, e mais intensamente a partir das duas últimas décadas do século XX, como observam Soihet e Pedro (2007, p. 284) quando afirmam que “a fertilidade dos dias atuais contrasta, [...] com a trajetória difícil que a categoria de análise ‘gênero’ enfrentou no campo historiográfico”. Essa mudança de perspectiva pode ser considerada tardia, pois dentre as Ciências Humanas, a disciplina História é a que mais demorou a apropriar-se dessa categoria.

As autoras discutem que o século XX trouxe uma abertura para novos enfoques historiográficos que fogem da lógica universalista e das temáticas políticas e problematizam os diversos aspectos da vida humana. A Escola dos Annales, que se aproximou das Ciências Sociais, aumentou as perspectivas ao eleger outros métodos de análise e novas abordagens, estabelecendo a noção de história-problema. A respeito da historiografia do século XX em contraposição ao modelo historiográfico até então usual, Soihet e Pedro (2005, p. 284) afirmam que

diversamente da historiografia vigente, direcionam seu interesse para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, ao invés de se ater a uma racionalidade universal. À medida que a tradição historiográfica dos Annales propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns, ela contribuiu para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia.

Já na década de 1960, surgiu um movimento que trouxe inovações importantes. Houve uma relativização dos métodos e da importância rígida dos conceitos. Com isso, sujeitos antes silenciados como pessoas comuns, negros e mulheres ganham espaço nos estudos históricos. Nesse mesmo contexto, como desdobramento das questões das relações de gênero, o estudo da família passa também a ser um importante objeto de pesquisa.

As reflexões sobre essa instituição seguem a dinâmica provocada pelos estudos da História das mulheres, contrastando com o tradicional silenciamento, até então vigente. Sua invisibilidade na historiografia diz muito sobre as relações de inferioridade tradicionalmente construídas. A história foi majoritariamente escrita por homens e sobre homens, dando a impressão que pouco foi feito por elas para as transformações da sociedade.

Ao relacionar as novas abordagens que consideram o marcador “gênero” e a historiografia tradicional, Pedro (2011, p.273) enfatiza que Joan Scott discute em seu artigo “Gênero, uma categoria útil de análise histórica” (1995), o modo como a própria escrita da história vem contribuindo para a manutenção das relações desiguais entre os gêneros. Na medida em que omite a presença da mulher em seus textos e não discute as relações constituídas na vida privada, ela passa, implicitamente a ser um instrumento de manutenção das relações desiguais.

Nesse artigo, a autora salienta que a disciplina História não era apenas o registro, e sim a forma como os sexos se organizavam e dividiam tarefas e funções através do tempo. A história era, ela mesma, responsável pela “produção da diferença sexual”, pois uma narrativa histórica nunca é neutra e,

quando apenas relata fatos em que homens estiveram envolvidos, constrói, no presente, o gênero. A história, nesse caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história. Além disso, falar de gênero significava deixar de focalizar a “mulher” ou as “mulheres”; tratava-se de relações entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e entre homens. Nessas relações, o gênero se constituiria. (PEDRO, 2011, p.273)

No mesmo sentido, a própria opção, por parte dos historiadores brasileiros de trabalhar com um modelo aparentemente hegemônico de família, como se essa fosse a história da família brasileira, desconsiderando outros denota tal fato. Essa postura produz, na atualidade discursos que desconsidera os tipos de famílias do século XXI como aqueles em que mulheres são chefes de família, aquelas em que avós educam os netos, famílias homoafetivas, entre outras possibilidades.

Perceber as relações e os papéis do homem e da mulher dentro da instituição familiar é de fundamental importância. Com o mesmo olhar, entender a história das múltiplas espécies de família é importante para possibilitar entendimentos na atualidade. Nesse sentido, Scott (1995, p 72) afirma que:

deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitado, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionam para manter a ordem social ou para mudá-la.

Essas abordagens, apesar de sua grande importância ainda encontram resistências no meio acadêmico. Acerca desse fato, Pedro (2011, p. 273) discute os argumentos e as críticas que tentam desmerecer as leituras de gênero, considerando que estas são análises meramente engajadas, logo sem valor científico. Filiando-se aos ensinamentos de Reinhart Koselleck, a autora considera que as categorias de análise têm história e, inspirada em Roger Chartier, entende que elas são apropriadas por historiadoras e historiadores e instrumentalizadas pelos movimentos sociais.

Já sabemos quanto o feminismo, o movimento de mulheres e o de *gays* e *lésbicas* têm contribuído para que as reflexões sobre gênero sejam implementadas de forma interdisciplinar. O campo historiográfico, entretanto, tem sido um dos mais resistentes. A acusação de ser uma “história militante”, portanto, não “científica”, continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade. É ainda interessante refletir como, da mesma forma, outras categorias como “classe”, “raça/etnia”, “geração” também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma “desconfiança” e desqualificação. (PEDRO, 2011, p. 260)

Por outro lado, apesar das forças contrárias, um considerável número de historiadores e historiadoras vêm se trabalhando a partir desse prisma. “Nos dias atuais, é crescente o número de pessoas que incorporam em suas análises as diferenças de gênero para observar os impactos dos acontecimentos sobre homens e mulheres” (PEDRO, 2011, p.270). Essas observações contribuem para perceber as inter-relações com questões políticas e econômicas e sua importância está na reflexão de como as relações sociais vêm se moldando ao longo dos tempos.

O processo de renovação da historiografia trouxe novas percepções e outras possibilidades de análise histórica. A observação dos aspectos culturais dos indivíduos, suas escolhas e motivações ajudam a compreender as transformações que a sociedade vem passando. A leitura da história por grupos antes silenciados e a absorção de outras abordagens, como as relações de poder na família, aumentam o campo de percepção dos múltiplos fatores que influenciam no processo histórico.

4 O ensino de História: as relações de gênero e poder

Assim como a escrita da História vem sofrendo alterações significativas, o ensino de História, estabelecido nas mais diversas instituições educacionais, tendo em vista a emergência de novas abordagens, também vem passando por mudanças significativas. A inserção de temáticas e de metodologias inovadoras vem enriquecendo o debate entre os estudantes. Nesse sentido, discussões como as que versam sobre as relações de gênero e de poder na família vem ganhando cada vez mais espaço no currículo escolar em todo o Brasil.

Em sala de aula, professores desenvolvem competências ligadas à leitura, análise, contextualização e interpretação das diversas fontes e testemunhos no intuito de, minimamente, estabelecer discussões em diferentes aspectos. Diante do fato de que a escola produz, mas também mobiliza os conhecimentos acadêmicos e os reelabora de acordo com suas necessidades, essas análises historiográficas inovadoras atendem à necessidade de novos olhares para o Ensino de História.

Nesse sentido, o acolhimento de temáticas, que fogem do sistema tradicional, em que prevaleciam fatos históricos que ressaltavam somente as questões políticas, indica as mudanças de perspectivas do ensino de História a partir das duas últimas décadas do século XX. Os PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – documento que em sua apresentação afirma ter “o duplo papel de difundir os princípios

da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias” apontam para essa perspectiva, quando discute que

a história social e cultural tem se imposto de maneira a rearticular a história econômica e a política, possibilitando o surgimento de vozes de grupos e de classes sociais antes silenciados. Mulheres, crianças, grupos étnicos diversos têm sido objeto de estudos que redimensionam a compreensão do cotidiano em suas esferas privadas e políticas, a ação e o papel dos indivíduos, rearticulando a subjetividade ao fato de serem produto de determinado tempo histórico no qual as conjunturas e as estruturas estão presentes. (BRASIL, 2000, p.21)

Os PCNs apontam a necessidade de discussões nas aulas de questões que partem de outros olhares. Ao enfatizar grupos, antes silenciados, como as mulheres, viabilizam a construção de questionamentos como as relações de poder desiguais nos espaços familiares e o modo como esses aspectos se relacionam com questões mais generalizantes das sociedades. Uma das competências inseridas no texto desse documento indica a necessidade de

Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos. (BRASIL, 2000, p.14)

Essa orientação sugere reflexões que perpassam pelas instituições sociais como a família e direciona para observação de diferentes grupos. Nesse sentido, escapa da lógica de pensar apenas na perspectiva dos grupos hegemônicos que tem o patriarcado como parâmetro. Cabe ressaltar que na própria sociedade brasileira, em diversos tempos históricos, existirem outros modelos dessa instituição e esse fato precisa ser observado em sala de aula.

Na esteira do que apontam os PCN's, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio do estado do Maranhão (2017, p.41), documento que tem como finalidade subsidiar os profissionais da educação em suas ações, são competências gerais da área de Ciências Humanas “analisar e compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais [...] associando-as aos diferentes grupos [...]”. Fica claro, nesse documento a importância e a necessidade de abordagens que compreendam e comparem instituições como as famílias em diferentes modelos e possibilidades temporais.

Este mesmo documento (2017, p.42) aponta dentre outros objetivos da História, “estimular os estudantes a auto percepção de sujeitos históricos, cientes de que suas atitudes interferem na realidade; identificar as relações sociais dos grupos locais,

regionais”. Deste modo, a realização dessas discussões em sala de aula é um importante instrumento de questionamento dos poderes existentes na sociedade brasileira e conseqüentemente um elemento de transformação da realidade.

Tais reflexões perpassam pelo ensino de História e, de modo interdisciplinar pelas demais áreas das Ciências Humanas. De acordo com Pombo (2006, p. 225) “a interdisciplinaridade existe sobretudo como prática. Ela traduz-se na realização de diferentes tipos de experiências interdisciplinares de investigação (pura e aplicada)”. A autora discute que a interdisciplinaridade tem uma difícil conceituação e se constitui na prática. Nesse sentido, para que ela se estabeleça, os professores lançarão meios de discutir as temáticas nos componentes curriculares.

Discussões sobre a família, enquanto instituição social faz parte do currículo de Sociologia, por exemplo. Para esse componente, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio do estado do Maranhão (2000, p. 42) indicam como objetivo de aprendizagem “analisar e compreender o papel de diferentes instituições sociais, tais como família, escola e instituições religiosas, nos processos de socialização”, essa diretriz ratifica a necessidade de se pensar essa temática.

Esse fato fica claro, também em outros objetivos de aprendizagem em Sociologia, como “fornecer elementos que favoreçam a compreensão de temas sociais, questões relativas a gênero, direitos humanos e posições políticas, em dimensões social e cultural” (MARANHÃO, 2017, p.41). Sendo assim, este é um indicativo para a viabilização de discussões sobre patriarcado e as novas configurações familiares características do século XXI, a luz da legislação em vigor e dos direitos humanos e o seu processo de afirmação social.

Assim como o viés sociológico, é interessante uma leitura histórica dessas questões, para se perceber que as transformações dessas relações têm ligação direta com as mudanças na estrutura das famílias no transcorrer dos tempos. Tais alterações também têm reflexos no contexto geral da sociedade. A importância de conhecer os aspectos das instituições está no fato de que “entre todas as mudanças que estão se dando no mundo, nenhuma delas é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas pessoais – na sexualidade, no casamento e na família” (GIDDENS, 2003, p.61). Logo, a partir dessa observação, inscreve-se a importância do debate interdisciplinar em sala de aula, a partir da História, da Sociologia e das demais Ciências Humanas.

Entender as variadas formas das famílias na atualidade (tradicional, nuclear, monoparental, homoafetiva etc), bem como a sua luta por direitos e o processo de

afirmação na sociedade é um importante exercício no sentido de possibilitar maior respeitabilidade. Essas reflexões quando feitas a partir da realidade local ganham um significado ainda maior: partir do lugar das próprias vivências conduz a noção de que os indivíduos são agentes transformadores da sociedade.

Uma das finalidades do Ensino de História é refletir sobre os significados da existência das pessoas. Ao examinar textos que retratam aspectos gerais da história do país os alunos observam certo distanciamento da sua realidade. Estudar o cotidiano local e comparar essas pesquisas com questões gerais, contribui para a construção de identidades. Desse modo

o ensino de História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade, ao incorporar a reflexão sobre a atuação do indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturas, valores e com gerações do passado e do futuro. (BRASIL, 2000, p.22).

As questões de gênero precisam ser discutidas, problematizadas na escola como bem afirma Miskolci (2012, p. 56) "uma escola que não discute sexualidade e gênero em uma perspectiva de respeito às diferenças e promoção dos direitos humanos pode se tornar um espaço do medo, da discriminação e da violência." O debate em sala de aula se torna cada vez mais urgente, dada as tentativas de silenciamento dessas questões em nome de uma ideologia que está dominante.

A escola desempenha um papel imprescindível no sentido de provocar reflexões sobre papéis, violências, naturalizações, sendo o ensino de História um meio de discutir tais aspectos. Desse modo, é grande a importância dos educadores nesse contexto. Quando o educador ultrapassa o posto de mero reprodutor de conhecimento, assumindo a postura de transformador da realidade, enxerga a importância da forma de condução do ensino dos alunos, independentemente da etapa de escolarização. (COSTA; PINHEIRO, 2013, p. 37)

As discussões que contemplam as necessidades práticas dos indivíduos e possibilita reflexões a partir de suas vivências dão sentido ao ensino de História. A problematização de questões amplas, a partir de aspectos da vida cotidiana potencializa a aprendizagem histórica dos alunos, na medida em que se utiliza da sua própria consciência histórica. Dessa maneira, há uma melhor atuação em todas as instâncias da vida prática, pois o ensino de História passa a ser um elemento de entendimento e direcionamento da vida dos indivíduos.

5 Considerações finais

A sociedade brasileira vem passando por momentos de crise. Como consequência dessa situação, a educação e a atuação dos professores tem sido colocada à prova. Nesse contexto de tensão, o ensino de História tornou-se o principal alvo de críticas. Em meio a essa onda que se define como conservadora, falar de gênero em sala de aula não parece uma tarefa fácil. Diante desse quadro, é necessário que haja resistência por parte dos professores e de toda a comunidade escolar.

É necessário que a educação continue se voltando para a discussão do respeito às diferenças. Sem a efetivação de um ensino que se propõe debater, nas salas de aula brasileiras, questões como as relações de gênero, estaremos produzindo uma geração que não percebe a existência do outro em suas diversas especificidades.

O presente artigo propõe uma reflexão acerca das relações de gênero e poder estabelecidas na história da família brasileira, a forma como a historiografia trabalha a temática e como o ensino de História pode absorver essas questões. Com a viabilização desses diálogos em sala de aula, será possível a construção de aprendizagens para a estruturação uma sociedade em que as relações sejam mais igualitárias.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2000. MEC/SEF.

CORRÊA, Mariza. **Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil**. In: CORRÊA, M. (Org.). Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

COSTA, J. de M.; PINHEIRO, N. A. M. **O ensino por meio de temas-geradores: a educação pensada de forma contextualizada, problematizada e interdisciplinar**. *Imagens da Educação*, v. 3, n. 2, p. 37-44, 2013.

GIDDENS. Anthony. **Mundo em descontrole**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241. Disponível em <http://marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>

MARANHÃO. Governo do estado. **Escola digna: caderno de orientações pedagógicas – História como componente curricular**. São Luís, 2017.

_____. Governo do estado. **Escola digna: caderno de orientações pedagógicas** – Sociologia como componente curricular. São Luís, 2017.

MARANHÃO. Governo do estado. Orientações pedagógicas para o ano letivo de 2019. Disponível em ><http://www.educacao.ma.gov.br/files/2019/01/CADERNO-FINAL-17-01-2019-DEFINITIVO.pdf><

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo.** Annablume, 2012.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea.** Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000100270&lng=en&nrm=iso>.

POMBO, Olga. **Práticas Interdisciplinares.** Sociologias, Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Ano 08, nº 15, jan/jun 2006, pp. 208-249.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência.** 1.ed., São PAULO: ATICA, 1996.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã.** Tradução de Nélio Schneider. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A mulher e a família na historiografia latino-americana recente.** Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 1, n. 1, 1993. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6116>.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, UFRGS/FACED, v.20, n. 2, pp. 71-99, jul./dez. de 1995. Disponível em: https://archive.org/stream/scott_gender#page/n8/mode/1up.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero.** Rev. Bras. Hist., v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

STEARNS. Peter. N. **A base tradicional: civilizações e patriarcado.** In _____. História das Relações de Gênero (tradução: Mirna Pinsky). 2ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 27-40.